

# REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS

VOL. 06, Nº 2 - 2º SEMESTRE - 2021

ISSN 2448-1793

DOSSIÊ  
**ÁFRICA**  
E SUA DIÁSPORA:  
PENSAMENTOS E LINGUAGENS



## TEMPORALIDADES NEGRAS: MEMÓRIA TESTAMENTAL DA IGREJA DOS PRETOS DA CIDADE DE GOIÁS<sup>1</sup>

BLACK TEMPORALITIES:  
A TESTAMENTAL MEMORY OF THE CHURCH OF THE ROSARY OF THE BLACK PEOPLE  
OF THE CITY OF GOIÁS

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5784488>

Envio: 20/09/2021 ◆ Aceite: 21/11/2021

**Euzebio de Carvalho**



Homem, cis-gênero, gay, casado. Socialmente lido como branco. Origem multirracial branco-indígena. Professor de Didática, Práticas e Estágios em História, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), desde 2010. Mestre em História (UFG/2008) com pesquisa sobre os sentidos da devoção de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Cidade de Goiás, fim do XIX e início do XX). Coordenei o subprojeto de História PIBID/CAPES (2014-2018). Presidi a seção Goiás da ANPUH (gestão 2016-2017). Coordenei a Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) Formação Docente em História e Cultura das Africanidades Brasileiras (2017-2018, UEG Câmpus Cora Coralina). Gerente da Revista *Temporis[Ação]* (2015-atual). Conselheiro de Cultura do Município de Goiás, representante das Instituições de Ensino Superior (IES) (2019-2021). Membro do Coletivo Flores do Nim, coletivo LGBTQIA+ da cidade de Goiás (2014-atual).

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão revista e ampliada daquele presente na dissertação de mestrado *O rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)*, defendida na UFG, em 2008.

**RESUMO:**

Analisamos, por meio documentos iconográficos, como a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1734), construída pela Irmandade católica de pessoas escravizadas foi, historicamente, afetada pelas diferentes e sucessivas dinâmicas de embranquecimento executadas na Cidade de Goiás. No primeiro momento, mostramos a inserção do templo na malha urbana da antiga capital goiana. Em seguida, evidenciamos como a devoção rosarina praticada pelos escravizados foi impactada pela chegada dos dominicanos franceses, no auge do processo de romanização do catolicismo. Dentre as várias atitudes que consolidaram o projeto de reforma da religiosidade católica, no final do século XIX, o bispo dom Eduardo Duarte Silva decretou a extinção da Irmandade dos Pretos. A igreja do Rosário, até então sob a administração dos irmãos escravizados, passou a ser “reconhecida” como residência dos frades dominicanos franceses que se tornaram (1883) os administradores daquele templo e paróquia. Ao longo da década de 1930, os dominicanos demoliram o templo “preto” histórico e em seu lugar erigiram um novo prédio “branco” em estilo neogótico. Essa construção funcionou como pá de cal simbólica sobre a história da população negra no espaço público vilaboense e em sua memória e história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Cidade de Goiás; Dominicanos; História Negra Goiana.

**ABSTRACT:**

We analyzed, through the iconographic documents, how the Church of Our Lady of the Rosary of the Black people (1734), built by the catholic enslaved people was historically affected by the differences and successive whitening projects executed in the City of Goiás. At first, we show the insertion of the temple in the urban area of the ancient capital of Goiás. Then, we evidenced how the rosarine devotion, who were practiced by the enslaved, was impacted by the arrival of the French Dominicans, at the peak of the Catholicism Romanization process. Among the several attitudes which consolidated the reform project of the Catholic religiosity, at the end of the XIX century, bishop Eduardo Duarte Silva decreed the extinction of the Brotherhood of Black people. The Church of the Rosary, until then under the administration of the enslaved brothers, became recognized as the French residence of the Dominican friars, who became in 1883 the administrators of that temple and parish. Over the 1930s, the Dominicans demolished the historic “black” temple and in its place erected a new “white” building in neo-Gothic architectural style. This construction served as the proverbial nail on the coffin on the history of the black population in vilaboense’s public space and in its memory and history.

**KEYWORDS:** Brotherhood of Our Lady of the Rosary of the Blacks; City of Goiás; French Dominican friars; Goiana Black History.

São diversos os caminhos e estratégias para tratar das temporalidades negras na Cidade de Goiás. Se o recorte temporal escolhido for o século XIX, talvez um recurso retórico profícuo seja a eleição da Irmandade do Rosário dos Pretos da Cidade de Goiás como objeto da observação historiográfica. A Irmandade dos Pretos possibilita questionar os usuais clichês sobre a sociedade da escravização. Seu estudo revela, no interior da história atlântica, brasileira e goiana, os homens e as mulheres negras como protagonistas de sua experiência e não apenas como objeto da violência escravagista. Os irmãos e irmãs do Rosário dos Pretos tornam a história da província de Goyaz diversa, complexa, diferente e múltipla, como é toda a vida e como deveriam ser todos os registros discursivos voltados a ela. Por meio da Irmandade, podemos inventar historicamente a atuação dos africanos escravizados e de seus descendentes no interior da estrutura social vilaboense: em sua atuação pública, na gestão de seus poderes, em suas práticas religiosas, festivas, estéticas, afetivas e tantas outras. Na sociedade da escravização, as pessoas negras eram:

sujeitos sociais ativos, atores individuais de uma história construída com estratégias de vida destinadas a driblar a implacabilidade de um destino, a criar brechas numa estrutura, a alargar espaços de autonomia, onde a resistência multiplicaria suas formas, além mesmo daquelas, fundamentais, da resposta violenta à violência e da recusa estrutural: o quilombo. (SANCHIS, 2005, p. 17).

Mas, para que essa dimensão seja percebida, é preciso auscultar, compreender, e interpretar os diferentes indícios que nos legaram aquela estrutura social. Dessa forma, trazemos a Irmandade do Rosário dos Pretos para o presente texto. Ao estudar as relações entre a reforma católica, denominada ultramontanismo, e a religiosidade sertaneja (CARVALHO, 2008), percebemos as tensões, as inaugurações e os encerramentos ocorridos no âmbito religioso, em geral, e no concernente à devoção rosarina, em específico. À medida que estudamos essa devoção, percebemos que sua conotação racializada imputou-lhe a marginalização. Numa visada historiográfica, a devoção dos Pretos vilaboenses foi fragilizada socialmente. A irmandade dos vilaboenses brancos (de Nosso Senhor dos Passos) e pretos (Nossa Senhora do Rosário dos Pretos), nascidas ambas nos setecentos, tiveram destinos históricos diferentes. A

primeira resistiu às reformas religiosas do século XIX e ainda articula suas atividades na Cidade de Goiás, principalmente, na celebrada e fúnebre Procissão do Fogaréu. A segunda irmandade é atualmente extinta. Ela sub-existiu na literatura memorialista branca, até meados do século XX, como uma curiosa “expressão folclórica” vilaboense. Hoje, tanto a história da Irmandade quanto o nome dos seus últimos descendentes são desconhecidos, na memória branca e na sua historiografia.

Se por um lado a Irmandade dos Passos teria legado à Cidade de Goiás a espetacularizada procissão do Fogaréu, a Irmandade dos Pretos resiste por longos anos de forma menos midiaticizada, como por exemplo, na dança do Congo (MACEDO, 2021). O reco-reco metálico ressoa sobre as nervuras das cabaças de corda, a ritualização das embaixadas diplomáticas, o rico e brilhante traje usado pelo Rei e sua corte de homens de Estado são expressões vívidas que ecoam o legado da Irmandade dos Pretos hoje. Para além do silêncio branco da história da Cidade de Goiás (quicá goiana), a Irmandade dos Pretos existe nos corpos das pessoas negras, em suas memórias, em suas resistências. A marginalização da devoção rosarina praticada pelos Pretos foi/é a motivação maior da existência desse texto. Processo marcado pelo vilipêndio, pela violência patrimonial perpetrada pela Igreja Católica sobre essa comunidade, como evidenciaremos ao longo do artigo. Escolhemos aqui discutir, talvez, aquele que seria o patrimônio material maior da Irmandade: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

## **HISTÓRIA DA IGREJA DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE GOIÁS**

Construída pela ação de homens e mulheres africanos e por seus descendentes, essa igreja foi o primeiro<sup>2</sup> templo religioso erigido na Cidade de Goiás. É o que nos

---

<sup>2</sup> Já que na tradição ocidental a origem é um demônio (BLOCH, 2001) que encanta esta sociedade e lhe serve como instrumento de hierarquização de poderes entre si e com os Outros fosse importante destacar esta informação. Quando o “mais antigo” é negro, a antiguidade deixa de ser um valor para os brancos?

informa o mais antigo “historiador” de Goiás, o negro<sup>3</sup> cônego Luiz Antônio da Silva e Souza<sup>4</sup>, em sua obra *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População, e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz* (1814). Segundo esse autor, a igreja do Rosário foi construída por Antônio Pereira Bahia, em 1734, em atenção à provisão do bispo dom Antônio de Guadalupe. Tal data passou a ser repetida nas obras posteriores sobre a história de Goiás.<sup>5</sup>

É importante frisar que, nas sociedades das minas, os rendimentos da Irmandade do Rosário dos Pretos foram, eventualmente, superiores aos rendimentos recolhidos pelas irmandades das elites locais, como, por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento (conf. SANCHIS, 2005, p. 18; BORGES, 2005). Na cidade de Goiás, como dito, a irmandade da elite foi (e ainda é) a Irmandade do Senhor dos Passos.

O templo religioso que rivalizaria ao longo da história vilaboense com a igreja do Rosário seria a igreja de Sant’Anna, a Matriz da Cidade de Goiás. Contudo, diferentemente dos consensos cronológicos sobre a igreja do Rosário, a história da igreja de Sant’Anna é marcada por hiatos informacionais, ao lado de sucessivos desabamentos e incêndios. Sobre a origem desta igreja, Paulo Bertran afirma que, em 1735, “um bando do Anhanguera” declarou que certas multas recebidas por eles seriam empregadas para as obras da Matriz. Isto nos leva a crer que, já nessa data, a construção poderia estar se arrastando há alguns anos. Antes de 1735, havia no lugar da igreja de Sant’Anna, uma edificação “um tanto sólida” que, por sua vez, fora construída sobre a primeira “capelinha fundada por Bartolomeu Bueno da Silva” (BERTRAN, 1996, p. 49). A construção, que encontramos em andamento em 1735, seria já a terceira tentativa de

---

<sup>3</sup> Nos dizeres de Alencastre, um dos biógrafos de Silva e Souza, antes de ele ter se tornado padre, houve um “embaraço”, decorrente de uma denúncia de que “corria em suas veias um átomo do sangue de algum dos descendentes da filha [sic] amaldiçoada de Noé”. Em 1787, conseguindo revogar a “iníqua sentença”, foi, finalmente, ordenado presbítero secular. Conf. TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1998, p. 26-27.

<sup>4</sup> Presbítero secular, residiu na então Villa Boa de Goyaz, entre 1790 e 1840.

<sup>5</sup> Conf. BRANDÃO, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1978, p. 61; AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario Histórico, Geográfico e Descritivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília: Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional pró-Memória. 8ª Diretoria Regional, 1987, p. 61.

construção do prédio da Matriz! Sem saber, exatamente, se o prédio teria sido finalizado ou não, fato é que, em 1743, ele se encontrava em ruínas...

Diante da atribulada história da construção da igreja de Sant'Anna, paira a repetida certeza sobre a data de construção da igreja do Rosário dos Pretos: 1734, o que lhe garante a primazia entre os templos religiosos da atual Cidade de Goiás.

A construção da igreja do Rosário resultou dos esforços dos negros escravizados que se reuniram sob a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Essas irmandades “eram as mais numerosas na região mineradora; praticamente não havia um povoado que não tivesse constituído uma irmandade sob esta devoção”, afirma Célia Borges (2005, p. 21), a historiadora das Irmandades do Rosário em Minas Gerais. Em 1870, numa matéria publicada no jornal *Província de Goyaz*, informava-se que, semelhante ao que ocorrera na Cidade de Goiás, uma igreja de Nossa Senhora do Rosário fora fundada em Crixás, “construída com esmolas e donativos dos pretos”, cuja arrecadação, como vimos, não era modesta se comparada com o que arrecadavam as irmandades dos pardos e brancos.<sup>6</sup> Ademais, além do orçamento proveniente dos irmãos, não podemos silenciar sobre outras dimensões relativas à produção do patrimônio dos negros.

Os [...] escravos capturados na África, após ter toda a jornada trabalhado, penado [sic] no serviço de um senhor [...] duro e exigente, impunham-se, caída a noite, horas suplementares de trabalho para construir uma igreja que serviu bem a eles, e onde eles poderiam [sic] ir rezar em plena liberdade.<sup>7</sup>

A construção de igrejas, por confrarias ou irmandades religiosas, foi costume corrente no período colonial. “Cada irmandade pretendia ter seu templo próprio, e rivalizava com as outras no esplendor do culto e das festas”. Para Palacin ([1979?]), a

<sup>6</sup> Matéria intitulada *Igrejas Goyannas*, assinada por Genetes. Jornal *Província de Goyaz*. Cidade de Goiás. 18 ago. 1870. Microfilme. Hemeroteca. IPEHBC/UCG.

<sup>7</sup> [Autoria desconhecida]. *Igreja do S. Rosário em Goiás*. [posterior a 1930]. Anotação manuscrita avulsa. Caixa não numerada. Arquivo Geral da Diocese de Goiás. Tradução de: Raquel Campos. Observações da tradutora: na primeira marca “[sic]”, o autor faz uma inversão: ele diz “après avoir toute la journée travaillé”, quando o mais comum seria “après avoir travaillé toute la journée”. Na segunda indicação, ocorre um erro na ortografia: o autor escreve “peiné”, quando o correto seria “peigné”. Na terceira marca, ocorre outro erro: o correto seria “pouvaient” (podiam) e não “pourraient” (poderiam).

irmandade do Rosário, “sempre poderosa pelo número e devoção”, figurou entre as três mais importantes, das sete irmandades existentes na Cidade de Goiás.

Evidenciamos, portanto, a primazia da igreja dos Pretos, dentre os demais templos vilaboenses, inclusive o mais importante, a Matriz de Sant’Anna. Ao lado da primazia, está a saúde física da engenharia e arquitetura da igreja dos Pretos que lhe protegeu de incêndios e desabamentos (sinistros corriqueiros para outras igrejas da capital). Por fim, destacamos as diferentes condições sociais e econômicas para que brancos e negros pudessem construir suas igrejas. Os Pretos tinham maior orçamento (será que isso aponta para maior envolvimento dos negros com sua fé?) e melhor qualidade de construção (será que isso decorre dos conhecimentos técnicos-científicos que possuíam os africanos bantos escravizados, hegemônicos na região das minas?).

## IMAGENS EM CONTAS, HISTÓRIA EM GOTAS

Passamos agora para uma observação mais acurada da documentação iconográfica, objetivando verificar como a igreja do Rosário dos Pretos foi representada na iconografia histórica disponível sobre a principal vila da capitania e que se tornaria, anos depois, a capital da província de Goyaz.

Para termos uma noção da organização urbana da vila, em seus primeiros anos, lançamos mão da (ilustração 1) *Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyás* (1782), “levantada” por Manoel Ribeiro Guimarães, um soldado dragão do Regimento de Cavalaria, segundo ordem do capitão general Luiz da Cunha Menezes, governador das minas dos Goyazes, entre 1778 e 1783<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Doravante *Planta...* (1782). Segue transcrito o dístico da planta, localizado na parte inferior direita da imagem: “Planta de Villa Boa Capital da Capitania g.al [geral] de Goyás, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capm [capitão] General da Mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.es [Guimarães] [...], na qual demonstra também alem das declaraçoens feitas no Canvoâ [sic], q. a dita V.a [vila] tem actualmente 554 moradas de Cazas, habitadas por 3.000 pesoas (sic)....”. , esta imagem foi publicada por REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000, p.24. Segundo o autor, o documento original pertence ao Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Há uma cópia em papel no acervo do IPEHBC/UCG. O historiador Paulo Bertran afirmou ter conhecido duas

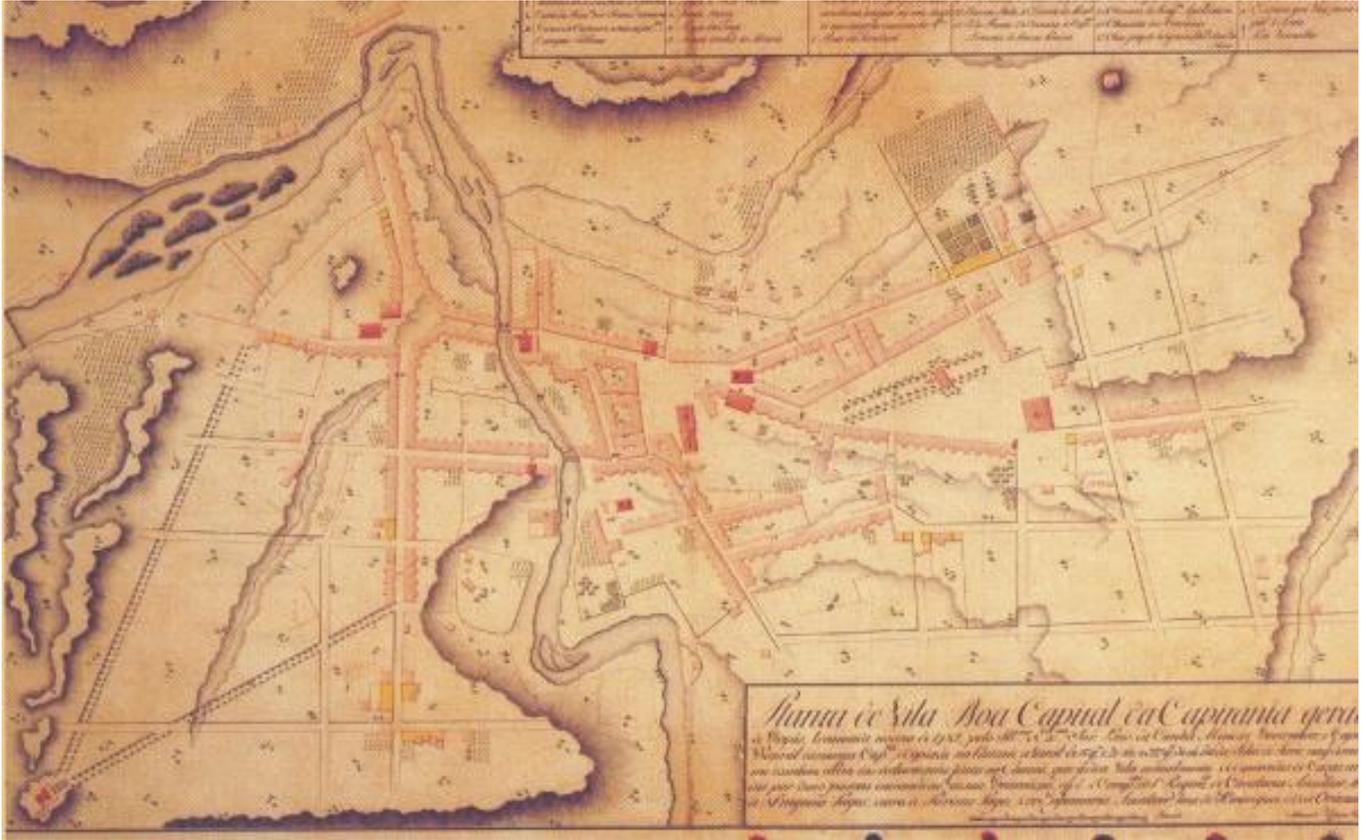


Ilustração 1: Manoel Guimarães. *Planta de Villa Boa...* 1782<sup>9</sup>

Vemos no documento o traçado urbano de Vila Boa (final do século XVIII), quase sessenta anos depois do início da povoação, que foi, segundo (mais uma vez) o mito das origens goianas, iniciada por Bartolomeu Bueno. O rio Vermelho<sup>10</sup> divide a Vila Boa em duas “freguesias”. Joaquim de Almeida Leite Morais (1834-1895), nomeado, em 1881, como presidente da província de Goyaz, nos conta em seus *Apontamentos de viagem*:

---

outras cópias além da existente no Arquivo Ultramarino: uma no Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, e outra na mapoteca do Itamarati.

<sup>9</sup> Manoel Ribeiro Guimarães. *Planta de Villa Boa Capital da Capitania g.al de Goyás*, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capm General da Mesma Capitania, e copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.es [...], 1782. Papel. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000, p. 24.

<sup>10</sup> O rio Vermelho corre, dentro da capital, no sentido nordeste para o sudoeste, conforme indica a seta desenhada na *Planta*....

A capital compõe-se de duas freguesias, as do Rosário e Sant'Anna; divididas pelo rio Vermelho, que desce encachoeirado das montanhas que o circundam, e leva suas águas ao Araguaia, nas proximidades da Leopoldina (MORAES, 1995, p. 104).

O nome mesmo das freguesias é um indício da importância dos templos religiosos aí encontrados. Vemos que o templo erigido pelos pretos cativos de Vila Boa concorria em tamanho e importância<sup>11</sup> junto à igreja Sant'Anna, Matriz da cidade. Por sua vez, a igreja de N. Sra. da Lapa (identificada pela letra "C" na *Planta...*), pertencia à irmandade dos Mercadores que, segundo Paulo Bertran, era exclusiva dos mercadores, "donos do filé da riqueza aurífera". Essa igreja foi destruída pela grande enchente de 1839, situada no local em que hoje existe a Cruz do Anhanguera (BERTRAN, op. cit., p.56-7). Voltando à imagem, podemos acompanhar pela legenda da *Planta...* (1782), a localização de outros prédios da administração pública e religiosa das duas freguesias, indicados por letras e números. Do lado sul, são eles: a Igreja Matriz ("A"); a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte ("B")<sup>12</sup>; a igreja de São Francisco de Paula ("G"); o Palácio da Residência do Governo, *Conde dos Arcos* ("I"); a casa de Fundação ("L"); a casa de Câmara e Cadeias Públicas ("M") e o Quartel ("N")<sup>13</sup>, entre outros. Nessa freguesia, localizavam-se os dois principais espaços públicos de Vila Boa: a praça do Palácio ("R") e a praça do Passeio Público ("S")<sup>14</sup>. Por sua vez, na freguesia do norte, o principal templo religioso era a igreja de Nossa Senhora do Rosário ("D"), "pertencente à irmandade dos Pretos".

Outros templos religiosos eram a igreja de Nossa Senhora do Carmo ("F") e a capela de Santa Bárbara ("E"), com sua bela escadaria, exatamente localizada no canto inferior esquerdo da imagem. Àquela época, ainda não existia a igreja da Abadia. Outros prédios importantes eram o hospício de Jerusalém ("P") e o Açougue Público ("Q"). Percebemos que o espaço público mais importante desta freguesia era a praça do

<sup>11</sup> Claro, se tomamos a perspectiva de seus membros. Na perspectiva branca, o prédio da Matriz está no centro do espaço urbano de poder. Nele, o poder religioso está, conforme ocorreu em todo período colonizador, ao lado do poder administrativo e de força/policial.

<sup>12</sup> À época, pertencente à Irmandade dos homens Pardos.

<sup>13</sup> Os Quartéis da Tropa, onde se localizavam também os armazéns reais e o Hospital Militar.

<sup>14</sup> Onde se localizava a Fonte Nova ("dd"), construída no ano de 1778, depois chamada Fonte da Carioca.

Rosário (“cc”), seguida da praça do Barrozo (“bb”). Também aí se localizava a ponte Velha da Cambaúba (“ee”)<sup>15</sup> que, no final do século XIX, era conhecida como a “ponte do padre Pio”. Essa ponte foi, durante os tempos coloniais, uma das principais vias de acesso à vila. Posteriormente, a entrada principal passou para a freguesia de Sant’Anna, inicialmente pela praça de José Moreira (“U”) e, depois, pela rua Nova Luziânia (“3”). É Paulo Bertran que nos leva a “caminhar” na Vila Boa setecentista pela freguesia do Rosário:

No bairro do Rosário, entrada da cidade para quem vinha de leste, norte e oeste, a Igreja do Rosário, dos pretos, com suas torres e arquitetura simplória debruçava-se sobre o elegante largo do mesmo nome, ornado com os sobrados para aluguel pertencentes ao cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva. § Para ali convergiam a bisonha Rua da Cambaúba, entrada da cidade, habitada por negros forros, soldados e casais de pardos [...] § Descendo do Largo do Rosário para o Rio Vermelho atravessava-se a Ponte do Meio ou Ponte do Telles, por referência ao capitão-mor da Vila e oficial da Companhia de Cavalaria Auxiliar da nobreza de Vila Boa, o rico comerciante Antônio de Souza Telles e Menezes, que há não muito construíra a grande Casa da Ponte, onde nasceria, um século depois, a poetisa Cora Coralina.

Percebemos, pela narrativa, que, em sua maioria, a freguesia do Rosário foi habitada por gente simples. Possivelmente, era essa característica que melhor identificava as pessoas que se reuniam na igreja do Rosário para suas práticas religiosas. O exercício religioso foi, certamente, o centro da sociabilidade para os homens e mulheres negros, sejam os escravizados, forros ou seus descendentes.

À época, a sociedade goiana, como em toda a região mineradora, era rigidamente estratificada por “classes”, segundo o vocabulário da época, como podemos identificar pelas *Relações Nominais dos Moradores* produzidas no século

---

<sup>15</sup> Como nos informa Bertran (1996), antes desta, houve uma ponte de pedra que foi mandada demolir por certo capitão general para em seu lugar construir uma ponte de madeira, pois somente assim, ele poderia fazer uso de sua carruagem, ao se deslocar pela cidade.

XVIII.<sup>16</sup> A “primeira classe” era composta pelos “brancos”<sup>17</sup>, seguida dos “pardos”<sup>18</sup> e dos “negros livres”, que compunham a “terceira classe”<sup>19</sup>. Nas *Relações...*, os escravizados não constituíam uma classe e não tinham sua individualidade especificada por “nomes”, sendo apenas indicados, quantitativamente, junto aos nomes de seus proprietários. Apesar do apagamento de sua existência, imputado pela escravização dos brancos, os escravizados se organizavam em associações que ofereciam aos irmãos “a possibilidade de criar espaços – sociais e até físicos – nos quais [era possível] se afirmar como pessoa. Espaços não totalmente autônomos, é claro, mas [...] de relativa iniciativa [...] capaz de redundar no campo político e até econômico” (SANCHIS, 2005, p.18). As associações religiosas eram, portanto, importantes elementos de integração social e cultural entre a população negra no interior da sociedade escravagista e uma das instituições que garantiam a essas mesmas pessoas escravizadas o mínimo de dignidade humana. Se a sociedade escravizadora apagava a existência individual dos escravizados, organizados eles garantiam sua existência coletiva e impediam o total assujeitamento social a que estavam submetidos.

Considerando a *Planta...* (1782), podemos concluir que os principais espaços públicos existentes na malha urbana da Cidade de Goiás, desde a época do domínio português, foram os *largos* do Chafariz, do Palácio e do Rosário.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> Relações nominais do arraial de São Félix, arraial do Carmo, arraial da Chapada, distrito do Barro Vermelho, distrito do Mucambo, distrito de Traíras e demais sítios (BERTRAN, 1996, p. 89-99).

<sup>17</sup> Na documentação, são referidas algumas atividades executadas pelas pessoas dessa classe. Eram eles intendentess, juizes, oficiais de sapateiro, de carpinteiro, de ferreiro, vigários, padres, sacristãos, coadjutores, capitães, escrivães, ajudantes, fundidores, ensaiadores, tabeliões, carcereiros, mercadores, negociantes, vendedores, advogados, procuradores, diversos servidores etc.

<sup>18</sup> Como exemplo de atividades de pessoas dessa classe, foi indicado na documentação: oficial de alfaiate, oficial de ferreiro, criador de gado etc.

<sup>19</sup> Entre as poucas pessoas dessa classe que tiveram suas atividades descritas, foram listadas as atividades de oficial de sapateiro e de alfaiate.

<sup>20</sup> A denominação “praças”, com o sentido que nos chega no presente, já era empregada no início do século XX: “Existem na capital as seguintes praças: do Chafariz, a maior de todas, e nella ficão a Cadeia e o Quartel do Batalhão 20. Esta praça era arruada de arvoredos que foram derribados por ordem do governador, capitão-general D. João Manoel de Menezes [1800-1804]; a praça do Palácio bastante elegante, com o Palácio do Governo e igreja da Boa-Morte; a praça do Rosário com uma igreja d’este nome e o convento dos”. (AZEVEDO, 1987, p. 166)

Se a *Planta...* (1782) apresentada foi o documento conhecido mais antigo que nos informou sobre a composição da malha urbana de Vila Boa, por sua vez, a representação iconográfica mais antiga sobre a paisagem arquitetônica é o conjunto formado pelos três *Prospectos de Vila Boa* (1751, autoria não identificada). Em uma delas (ilustração 2), temos, certamente, o mais antigo registro iconográfico conhecido até então da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Trata-se do *Prospecto de Villa Boa tomada da parte Sul para o Norte*<sup>21</sup>.

Temporalidades negras...



Ilustração 2: Prospecto de Villa Boa tomada da parte Sul para o Norte, 1751<sup>22</sup>

<sup>21</sup> (REIS, 2000, p. 235). Segundo o autor, o original pertence à Casa da Ìnsua, Portugal. Doravante *Prospecto...* (1751).

<sup>22</sup> Autor não identificado. Prospecto de Villa Boa tomada da parte Sul para o Norte, 1751. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000, p. 235.

Na imagem, o destaque da igreja dos Pretos frente ao resto do conjunto arquitetônico do local foi tão acentuado que levou um editor contemporâneo da imagem (Nestor Reis) a confundir-la com a igreja Matriz de Sant'Anna.

Mostra uma área tipicamente residencial, na qual as casas apresentam apenas uma porta voltada para a rua e janelas protegidas com rótulas de formas variadas. § *Ao longe a igreja Matriz indicada com o número 1 e, a meio caminho, a "rua Direita do Negócio", isto é, a rua comercial.* (REIS, 2000, p. 387. Grifo nosso.)

Observem que mesmo sendo o número "1" identificado, na primeira linha da legenda, na parte superior da imagem, como "Nossa Sra. do Rozario dos pretos", Nestor Reis se confundiu, "elevando" a igreja do Rosário à condição de Matriz da Vila. Sua "confusão" revela muito, sobre o passado e sobre nosso racismo presente. Contudo, o equívoco sobre o passado pode ser minimizado ao sabermos que, ao longo do século XIX, a igreja do Rosário seria elevada à situação de Matriz de Vila Boa por mais de uma vez (CARVALHO, 2008, p. 214-220). Esta informação não é desprezível. Ela só coaduna em nossa sustentação sobre a importância e o destaque da igreja dos Pretos na malha urbana e na existência social da antiga capital goiana.

No *Prospecto...* (1751), vemos a igreja com suas duas imponentes torres laterais, três grandes portas e um cruzeiro fixado à frente da principal, seguindo o costume da época. No alto de cada torre, o vento agitava uma bandeirola vermelha. No telhado central, uma cruz. O leitor atento pode ainda visualizar um símbolo marcado na parte superior esquerda da porta central. Constatamos também que a igreja foi construída em uma elevação topográfica que destacou o prédio perante o conjunto arquitetônico que o rodeou. Ainda vemos nela o sobrado erigido à direita da igreja ("2"), que foi identificado na legenda como "Cazas, aonde mora o Cap.<sup>m</sup> de Dragoens" e que, no final do século seguinte, serviria de morada para os religiosos dominicanos. Nessa imagem, é possível ver a "Torre da capelinha de N. Sr<sup>a</sup> da Lapa" ("3"), aquela erigida pelos ricos mercadores, destruída pela enchente de 1839 (BERTRAN, 1996, p. 56).

No primeiro plano da imagem, "lugar de vista" em que a imagem nos coloca, temos a rua "Rua direita do negócio" que, quase em linha reta, conecta o largo do

Palácio do governo ao largo do Rosário. Na *Planta...* (1782), anteriormente apresentada, essa rua recebeu dois nomes: na freguesia do Rosário, foi chamada “Rua dos Mercad.<sup>es</sup>” [Mercadores] (“7”) e, em Sant’Anna, “Rua Direita do Palácio” (“6”)<sup>23</sup>. Por isso, a capela da Lapa foi aí construída: no centro comercial da antiga Vila.

Paulo Bertran (1996, p.50), qualificou a arquitetura representada no *Prospecto...* (1751) de “simples, reta e despojada. A porta de entrada das casas fincada ao pé da rua, duas e no máximo três janelas por residência, que à falta de vidros socorriam-se dos muxarabis da tradição mediterrânea”.

### “ENGENHARIA SERTANEJA” OU PRETA?

Que materiais poderiam ter sido utilizados na construção da igreja do Rosário? Responde-nos Bertran: composta por tecnologia e materiais peculiares ao local, o sempre curioso poeta da história goiana nos informa que uma “engenharia sertaneja” foi empregada na construção dos prédios da Vila Boa, “construídos com a força da terra”. Diferentemente das outras capitanias auríferas brasileiras, as pedras não foram utilizadas em Goiás. Por ser “esfarinhenta”, a pedra goiana não “deu forma para os econômicos rendimentos”. Sertão adentro, “a arquitetura sujeitou-se à ditadura do barro e da madeira”, que variou entre o pau de aroeira e o pau moreira (BERTRAN, 1996, p.51). A engenharia foi sertaneja pelo simples fato de sua localização espacial? Mas, e as pessoas portadoras dos conhecimentos técnicos e tecnológicos para a construção desses prédios? Não foram eles os africanos bantos escravizados nas minas de ouro?

Deixando os setecentos e adentrando ao século seguinte, seguindo cronologicamente a iconografia levantada nesta pesquisa, apresentamos ao leitor, o belo e colorido desenho panorâmico de 1803 (ilustração 3), intitulado *Prespectiva de Villa boa de Goyas mandado tirar pelo ilustríssimo e excellentissimo Senhor Don João Manoel de Menezes*, de autoria de Joaquim Cardozo Xavier<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Informa Bertran (1996, p. 58) que, em 1815, essas ruas chamavam-se, respectivamente, rua do Rosário (depois Direita e, em 1986, D. Cândido Penso) e rua Moretti Foggia.

<sup>24</sup> O original dessa imagem pertence à Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo. In: REIS, 2000, p.386-8. Não consta a legenda da imagem. Doravante *Prespectiva...* (1803).



Ilustração 3: Joaquim Xavier. *Perspectiva de Villa Boa de Goyaz* (em cinco partes), 1803<sup>25</sup>

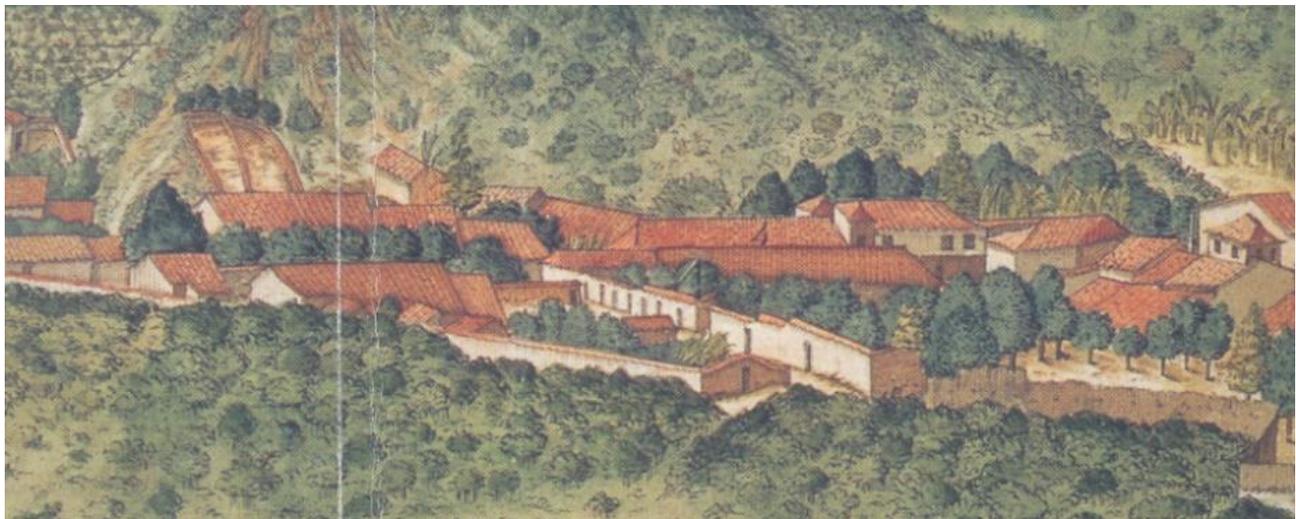


Ilustração 3a: Joaquim Xavier.

*Perspectiva de Villa Boa de Goyaz* (detalhe da segunda parte), 1803.

Num detalhe da imagem, vemos novamente figurada a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, representada lateralmente (e identificada pelo número “4”, inscrito sobre seu telhado). Nessa imagem, a cidade foi representada no sentido norte-sul, tomando como ponto de observação, aproximadamente, o morro do Cantagalo,

<sup>25</sup> Autor não identificado. *Perspectiva de Villa boa de Goyas* mandado tirar pelo ilustríssimo e excellentíssimo Senhor Don João Manoel de Menezes, 1803. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000, p. 386-388.

onde se localiza a igreja de Santa Bárbara. Possivelmente, esse desenho tenha sido produzido logo após a estação das chuvas, o que talvez justificasse seu vivo colorido, resultante da abundância solar típica da cidade nesses dias associada à pujança da vegetação fartamente hidratada.

Seguindo em nossa trajetória pelos anos do século XIX, a igreja do Rosário dos Pretos também foi representada em um desenho do inglês William John Burchell (1781-1863).<sup>26</sup> Esse viajante produziu seus desenhos entre novembro de 1827 e 1828, portanto, nos primeiros anos de independência política de Portugal. O realismo de Burchell é uma característica consensualmente apontada por seus apreciadores. O viajante inglês permaneceu nove meses na Cidade de Goiás, estadia na qual produziu vinte e dois desenhos e dois panoramas. Em um deles (ilustração 4), podemos ver a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.<sup>27</sup> Trata-se do desenho *n.193*, produzido no dia 27 de junho de 1828 (FERREZ, 1981, p. 122-3).

---

<sup>26</sup> Burchell Foi economicamente descrito pelo editor de seus desenhos, Gilberto Ferrez, como possuidor de “estatura mediana, rosto comprido, bastante barba, olhos azuis e sobranceiras cerradas”. Ao iniciar suas viagens rumo ao sertão central do Brasil, se mostrou um desenhista meticuloso, movido por uma curiosidade, fortemente, etnográfica: “Tudo executava com espírito científico, com o maior cuidado e fidelidade [...] nada escapava aos seus olhos experimentados. Sua obra mostra, de relance, que apreciava os detalhes arquitetônicos, podendo-se até reconhecer os materiais e tipos das construções que retratou, se de cantaria, tijolos, taipa de mão ou de pilão. Suas perspectivas são perfeitas, assim como as proporções das construções, desde as mais elaboradas e eruditas às mais singelas” (FERREZ, 1981, p. 23). Em seus desenhos, os prédios e topônimos foram identificados por números e letras. Em decorrência disso, acreditamos que a legenda teria sido anotada num “diário de viagem” ou caderno de notas, infelizmente, perdido até então. Ferrez destacou o cuidado que Burchell demonstrou para com a grafia correta dos topônimos dos locais por onde passou.

<sup>27</sup> O segundo panorama, realizado por Burchell na Cidade de Goiás, é o desenho *n.189*, de 12 de maio de 1828, cujo tema foi a praça do palácio do governo, tomada no sentido norte-sul. Nele, aparece o grandioso prédio da matriz, com um mastro levantado à sua frente – possivelmente em honra ao Divino Espírito Santo, pois, em sendo uma festa móvel, maio é uma data possível para seus festejos. Além da Matriz, o artista figurou o palácio Conde dos Arcos, a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e a, então, rua do Horto. Ferrez indicou como sendo a igreja do Rosário o desenho *n.208* (p. 139) e *n.214* (p. 137). Contudo, trata-se de um equívoco desse editor. Na



Ilustração 4: William Burchell. *Vista Geral de Goiás* (desenho n.193), 1828<sup>28</sup>

Na prancha em questão (*n.193*), Burchell tomou como ponto de vista a periferia sul da capital da província. Nela, visualizamos, portanto, outro espaço de habitação dos vilaboenses mais simples. “Estamos” em uma das extremidades da antiga rua do Horto, nos arrabaldes da cidade, à época: o caminho que dava em Curralinho (atual Itaberaí). Por isso, na parte central do desenho, vemos tropeiros com seus animais de carga sendo conduzidos rumo ao centro da cidade. Constatamos a falta de precisão da fronteira entre o espaço urbanizado e o rural. As casas concorrem com a vegetação e vice-versa. Uma forte marca da paisagem da cidade até os dias atuais.

Apesar da distância entre a localização física do desenhista e a igreja do Rosário, quase desaparecida no horizonte desenhado, com o auxílio de uma ampliação digital, visualizamos o prédio da igreja, seu largo frontal, e mais algumas construções, como o sobrado à sua direita.

---

verdade, o desenho *n.208* se refere à cidade de Traíras e o *n. 214*, à cidade de Arraias, como pode ser lido, na própria anotação de Burchell feita na parte inferior direita do desenho (FERREZ, 1981, p. 124).

<sup>28</sup> William Burchell. Desenho n. 193. *Vista Geral de Goiás*, 1828. FERREZ, Gilberto (org.) *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell. 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 122-123.



*Ampliação 1 (entorno da igreja do Rosário)*



*Ampliação 2 (largo da igreja)*

Ilustração 4a: William Burchell. Ambos os detalhes do desenho n.193, 1828.

Seguindo nosso itinerário de imagens e tempos, na segunda metade do século XIX, a fotografia já era um serviço disponível aos vilaboenses.<sup>29</sup> A partir de 1901, funcionou na Cidade de Goiás, o estúdio fotográfico de José de Alencastro Veiga (1878-1951) o “Foto Alencastro Veiga”, que funcionaria até 1933. Natural de Goiás, produziu várias imagens sobre a cidade e sua vida cotidiana.<sup>30</sup> O “velho Zeca”, como a ele se refere Curado, publicou, em 1908, o álbum de fotografia *Lembrança de Goyaz*, com o auxílio proveniente de uma lei estadual, talvez para arcar com os altos custos, à época, para a impressão de uma publicação ilustrada. Segundo alguns, o álbum fora impresso na Itália (CURADO, 1994, p.16). Em nossa pesquisa, não tivemos conhecimento de sua primeira edição. Quase cem anos depois, em 1985, ela foi reeditada por Elder Camargo de Passos. Dela, destacamos a fotografia intitulada *Goyaz* (ilustração 5). Trata-se de uma vista geral da capital que oferece um de seus mais amplos panoramas, apresentando a malha urbana da capital em sua quase totalidade, com o realismo que a técnica fotográfica poderia nos oferecer (VEIGA, 1885, não paginado)<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> De forma mais regular, data de 1877 o início da fotografia na capital com a inauguração do estúdio de José Severino Soares, o primeiro “fotógrafo” vilaboense (que também assumiu a atividade de dentista, como era costume, à época) (CURADO, 1994, p. 15). Em 1886, no *Almanach* do Brandão, em atividade na capital, são nomeados os fotógrafos João Felemon Bernard e J.C. Moreira (BRANDÃO, 1978, p. 114)

<sup>30</sup> Além de fotógrafo, foi também comerciante. Em 1898, criou a casa comercial de “Zeca de Alencastro”, que em 1908, tornou-se a firma “Alencastro Veiga”.

<sup>31</sup> Outra imagem, presente na mesma obra *Lembrança de Goyaz* (1908), em que também podemos ver a igreja do Rosário, é aquela intitulada “Largo do Chafariz”. De forma geral, podemos afirmar que, diferente da primeira edição, cuja qualidade de impressão deixou vários elogios, a edição de 1985, ao ter reduzido em demasia o tamanho das imagens, comprometeu de forma significativa a sua visualização, justamente, o que seria mais importante na publicação. Por isso, a segunda edição do álbum *Lembrança de Goyaz* possui apenas o mérito de fazer memória e de valorizar a primeira edição, não oferecendo a possibilidade de uma precisa e investigativa consulta.

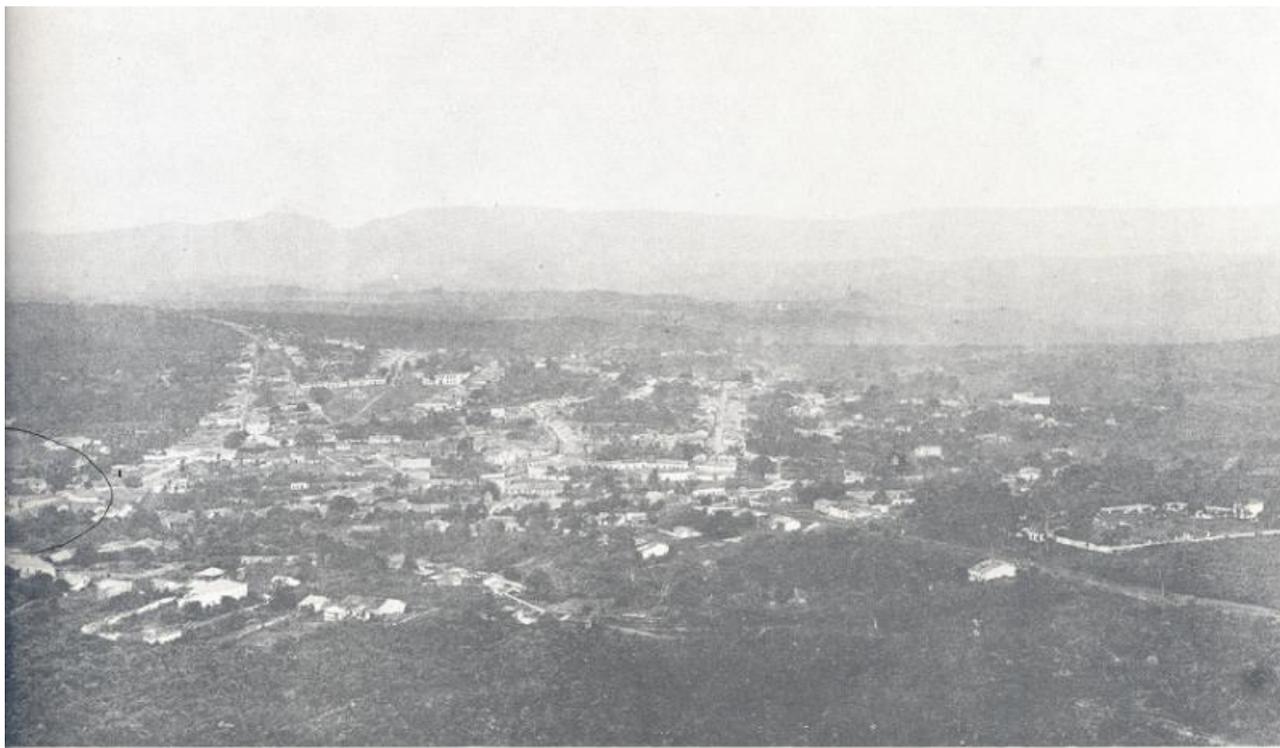


Ilustração 5: Alencastro Veiga. *Goyaz*, [ant.] 1908 <sup>32</sup>

A igreja do Rosário figura no canto esquerdo inferior (em destaque). Realizada no alto do morro das lajes, essa fotografia tomou a capital do estado no sentido norte-sul. A distância diluiu a igreja do Rosário entre os prédios que a circundavam, mas, justamente, em sua amplitude, abarcando a quase totalidade da área urbanizada da capital, está o valor dessa imagem.

Outro fotógrafo que também deixou registros sobre a Cidade de Goiás foi Joaquim Craveiro de Sá (1885-1973) <sup>33</sup> que tomou a paisagem de sua cidade natal como tema maior de seu olhar, que nos legou diversas “vistas” da capital. Tomamos aqui, com

<sup>32</sup> José de Alencastro Veiga. *Goyaz*, sem data. Fotografia. VEIGA, José Alencastro. *Lembranças de Goyaz*. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985, s/p.

<sup>33</sup> J. Craveiro “firmou sua vida profissional no funcionalismo público da Fazenda Nacional”. Foi admitido como 2º escriturário na Delegacia Regional do Tesouro Nacional em Goiás, em 1906. Nos anos de 1916 e 1917, residiu no então Distrito Federal como adido à recebedoria do Tesouro Nacional. Regressou a cidade de Goiás no ano seguinte. Aposentou-se em 1944, como oficial administrativo, em Goiânia. Cf. CURADO, 1994, p. 10.

especial atenção, as imagens publicadas na obra *Goyaz e Serradourada por J. Craveiro e poetas (1911 a 1915)*, álbum editado, em 1994, por Luiz Augusto do Carmo Curado, genro do fotógrafo<sup>34</sup>.

O amadorismo determinou, em alguma medida, os temas e abordagens dos registros fotográficos de J. Craveiro. Para ele, a fotografia não se constituiu como uma atividade profissional e fonte de sua sobrevivência, como ocorreu com os demais fotógrafos vilaboenses (PASSOS, 1985). Por isso, suas fotografias possuem certa conotação lúdica; registros informais do espaço e do cotidiano da capital.<sup>35</sup>

Como membro da classe mais abastada da sociedade vilaboense, J. Craveiro fez parte da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (CURADO, 1994, p. 11). Fundada nos idos do século XVIII, como dito antes, a irmandade congregou os mais “distintos” vilaboenses. Curiosamente, Craveiro não registrou em foto a igreja Matriz, primeira sede dessa irmandade. Talvez porque, desde 1872, o prédio estivesse em ruína. Por conta disso, a Irmandade tomou por sede a igreja de São Francisco, onde residiu em definitivo. Essa igreja, sim, fotografada por J. Craveiro.

Em decorrência de seu perfil biográfico e posição social, Craveiro não tenha se interessado fotograficamente pelo prédio do Rosário. Não encontramos publicado nenhum registro cujo tema principal fosse a antiga igreja dos Pretos. Em suas “vistas” (ou pranchas), ela aparece sempre em segundo plano. É o que vemos, por exemplo, na

---

<sup>34</sup> Luiz Curado, guardião do arquivo de Craveiro e editor de seu “álbum fotográfico”, nos informa que possui em seu acervo mais de cem chapas (negativos de vidro) do fotógrafo e três álbuns com ampliações em papel nos formatos 13x18 e 9x14. CURADO, 1994, p. 16.

<sup>35</sup> Certamente, sendo uma novidade tecnológica no sertão, apenas os indivíduos da elite econômica local poderiam pagar pelos altos custos desse hobby da vida moderna daqueles anos. Somente eles teriam tempo e dinheiro para arcar com os altos custos da atividade fotográfica, como, por exemplo, para importar do litoral brasileiro ou diretamente do exterior (França, Inglaterra e Alemanha) os catálogos, as lentes, as vinhetas, as agendas profissionais e demais apetrechos necessários à fotografia. Em 1910, J. Craveiro comprou do fotógrafo “profissional” Alexandre Filemon uma Sanderson Tropical, uma máquina-de-fole de fabricação inglesa. Possivelmente, foi Filemon o primeiro mestre de Craveiro na arte de “escrever com a luz”. Segundo Curado, J. Craveiro, como era próximo ao também fotógrafo “Zeca Alencastro” com quem teria compartilhado muitos conhecimentos e dúvidas. “Por vezes várias, foram vistos juntos, cada um com sua máquina, a tirarem fotos nas ruas de Goyaz”.

(ilustração 6) *Prancha n. 4, rua Moretti Foggia*, de 1913,<sup>36</sup> fotografia que melhor enquadrou o templo dos negros (CURADO, 1994, p. 49).

Temporalidades negras...



Ilustração 6: J. Craveiro. *Rua Moretti Foggia* (Prancha n.4), 1913<sup>37</sup>

Essa fotografia registrou de forma singular a luminosidade existente na Cidade de Goiás, responsável pela riqueza de detalhes gravados na imagem<sup>38</sup>. Nela, verificamos

<sup>36</sup> Essa imagem foi utilizada na capa da reedição do *Almanach...* BRANDÃO, 1978. Sobre Moretti Foggia, cf. AZEVEDO, 1987, p. 128.

<sup>37</sup> J. Craveiro. *Prancha n. 4. Rua Moretti Foggia*, sem data. CURADO, Luiz Augusto do Carmo. *Goyaz e Serradourada por J. Craveiro e poetas. 1911 a 1915*. Goiânia: Edição do autor, 1994, p. 49.

<sup>38</sup> Nessa *Prancha...* (1913), temos dois grandes exemplos do casario colonial vilaboense. Do lado esquerdo, vemos o “sobrado do Perillo”, onde se localizou a farmácia de mesmo nome. Do lado direito, vemos o prédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, lugar em que trabalhou J. Craveiro (CURADO, 1994, p. 13; 124).

o onipresente costume vilaboense em utilizar a cal para a pintura das paredes dos seus prédios.<sup>39</sup> Na imagem, vemos os lampiões a querosene, utilizados na iluminação pública que se alternam junto às calçadas, de um lado e outro da rua, a revelar uma logística baseada na economia, muito peculiar à vida vilaboense, e quiçá, a todo o sertão. Os postes com isoladores são do Telégrafo Nacional, indícios da chegada da modernidade a Goiás.

Graças à já referida abundante luminosidade, podemos visualizar, com perfeita nitidez, atrás de frondoso arvoredo, seguindo a rua Moretti Foggia, a igreja do Rosário dos Pretos com suas volumosas torres laterais e paredes caiadas. Notamos, na torre da esquerda, um relógio e, no centro do telhado principal, um robusto cruzeiro, como no *Prospecto...*, (1751), o seu primeiro registro iconográfico, mostrado anteriormente.

Em outra fotografia de Craveiro (ilustração 7), feita no largo do Chafariz, vemos a igreja de Nossa Senhora do Rosário que, apesar de esmaecida pela distância focal e concorrendo com os inúmeros telhados da cidade, guardou certo destaque ante o casario vilaboense. O templo se destacou nessa imagem em decorrência de seu posicionamento privilegiado do terreno (elevado) em que foi construído. A brancura das suas paredes e a imponente estabilidade e volume decorrentes de suas duas torres laterais, também alimentaram a imponente da igreja dos Pretos.

---

<sup>39</sup> A renovação anual da cal nas casas (processo chamado “caiação”) era feita em princípio do mês de agosto, quando as chuvas rareavam. A caiação foi também uma estratégia para enfrentar o calor dos grandes dias que antecediam a estação das águas. O branco resultante do óxido de cálcio refletia a luminosidade e diminuía a temperatura no interior das casas. Ao contrário, na parte externa, a luminosidade refletida foi a grande responsável pela riqueza de detalhes e pela impressionante nitidez das fotografias de J. Craveiro, como vemos na prancha em questão.



Ilustração 7: J. Craveiro. *Sem título [Largo do Chafariz]*. [ant.] 1915<sup>40</sup>

Ao final desse breve percurso cronológico e iconográfico, fica evidente o destaque da igreja dos Pretos junto ao conjunto e a paisagem arquitetônica da cidade. Evidente também são suas dimensões avantajadas e localização privilegiada. A igreja dos irmãos Pretos não era qualquer prédio, não estava em qualquer lugar. Aquele patrimônio era possuidor de valores econômicos, mas sobretudo simbólicos: era espaço de existência coletiva da população negra no presente e no passado histórico vilaboense.

<sup>40</sup> Craveiro. *Sem Título*. Sem data. CURADO, Luiz Augusto do Carmo. Goyaz e Serradourada por J. Craveiro e poetas. 1911 a 1915. Goiânia: Edição do autor, 1994, p. 26.

## HISTÓRIA EM PRETO E BRANCO: A CHEGADA DOS DOMINICANOS

A devoção rosarina, praticada pelos escravizados vilaboenses e por seus descendentes, foi impactada pela chegada dos dominicanos franceses, no auge do processo de romanização do catolicismo em Goiás. Não só a devoção negra seria transformada, mas a própria existência da comunidade dos irmãos Pretos do Rosário foi comprometida.

O contrato<sup>41</sup> para a vinda desses religiosos foi assinado em 1885, entre o então bispo de Goyaz, dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1842-1924) e o provincial dos Dominicanos da Província de Toulouse, Reginald Colchen.

Foi celebrado que os religiosos franceses ficariam encarregados em oferecer os “retiros ao clero” e a realização “do trabalho das Missões”, isto é, em promoverem as “predicações preparatórias à recepção do Sacramento da Confirmação em toda a extensão” da Diocese de Goiás. Em contrapartida, o bispado goiano assumia o custeio dos missionários nos conventos com “uma pensão de seiscentos francos”. Os “Missionários enviados em missão”, receberiam, além da pensão, o soldo anual de cem mil réis. O bispo também arcaria com as despesas da “vinda dos religiosos padres” para o convento de Nossa Senhora do Rosário de Goyaz e para o convento de São Domingos, em Uberaba. Não ficou evidente no contrato, o estabelecimento dos dominicanos à frente da paróquia do Rosário. Apenas de forma implícita isto foi referido quando o bispo, no parágrafo terceiro, reconheceu “estabelecido regular e canonicamente” o convento de Nossa Senhora do Rosário. Também não foram mencionados os termos da transição da administração da paróquia, até então sob a responsabilidade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (CARVALHO, 2008, p. 198).

Dentre as várias atitudes que objetivavam consolidar o projeto de reforma da religiosidade católica, no final do século XIX, o bispo sucessor de dom Cláudio, dom Eduardo Duarte Silva (1852-1924) decretou a extinção da Irmandade dos Pretos. Sim,

---

<sup>41</sup> CONTRATO. *Contrato entre o Bispo de Goiás, dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, e o superior padre Frei Reginald Colchen, provincial dos dominicanos da Província de Toulouse – França*. Doc. 046, 19 jan.1886. Manuscrito. Fundo Diocese de Goiás [Séc. XVIII-XX]. Acervo documental. IPEHBC/UCG.

extinguiu por decreto a existência daquela comunidade. Documentando para a posteridade o impacto indelével dos dominicanos na história dos negros vilaboenses.

A igreja do Rosário, até então sob a administração dos irmãos escravos, passou a ser “reconhecida” institucionalmente como residência para os frades dominicanos franceses que se tornaram, a partir de 1883, os responsáveis oficiais pela administração do templo e da paróquia (CARVALHO, 2008. p. 197). Vejamos de forma pormenorizada, como se deu esse processo, por meio dos registros que o próprio bispo dom Eduardo fez em seu diário íntimo, *Meu episcopado*, datado de 1891-1892.<sup>42</sup>

### **VIOLÊNCIA PATRIMONIAL E RACISMO HISTÓRICO**

Dom Eduardo entrou solenemente na Cidade de Goiás, sede da diocese que governou, no dia 29 setembro de 1891:

Cheguei á Capital ás 4 da tarde ao som da banda de música dirigida pelo Sen.ª João Sabino de Passos, e ao estrugio de numerosos rojões, repicando todos os sinos das igrejas. Da casa do Dr. Justiniano da Costa segui debaixo do palio para a Matriz da Boa Morte, q. está servindo de Cathedral (SILVA, 1891-1892, fl. 96).

Imediatamente, o bispo se pôs a ouvir e conhecer os “problemas” de sua diocese. Para isso, recebeu vários clérigos, ouvindo seus relatórios, denúncias, reclames. No dia 14 de outubro, escreveu o bispo em seu diário:

O Dominicano Fr. Manoel deo-me também hoje de manhã uma seca<sup>43</sup> bem comprida, na qual forneço-me muitas informações sobre a Irmandade do Rozario d’esta Capital, Irmandade q. só serve para grandes bebedeiras e depois grandes pancadarias dos negros entre si (SILVA, 1891-1892, fl. 104).

---

<sup>42</sup> SILVA, Eduardo Duarte. *Meu episcopado* [Diário íntimo]. Cidade de Goiás, 1891-1892. Transcrição paleográfica de Josmar Divino Ferreira. Folha 104. [Manuscrito. Acervo particular da família Rossi, Piracanjuba, GO].

<sup>43</sup> Conversa longa.

Vemos, pois, que frei Manoel e dom Eduardo guardavam iguais opiniões sobre a devoção rosarina dos pretos. Não compreendem outra poética devocional que não a ultramontana: “Quase toda a manha tomou-m’a Fr. Manoel que aqui esteve comigo muito tempo em discussão de filosofia” (SILVA, 1891-1892, fl. 107). Como a igreja do Rosário, paróquia e prédio, onde foram instalados os dominicanos, estava sob a guarda da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sendo esta a responsável pela administração do importante templo vilaboense até a chegada dos dominicanos, para além de uma diferença de prática religiosa e devocional, os dominicanos tinham também um problema prático a resolver com o bispo: conseguir a guarda da igreja.

Para isso, dois dias depois, frei Manoel voltou à casa do bispo e, para além das discussões filosóficas sobre “o Positivismo, essa loucura moderna” (SILVA, 1891-1892, fl.106), certamente o assunto principal foi a Irmandade dos Pretos e a administração da paróquia. Depois de registrar a enfadonha visita (“quase que toda a manha tomou-m’a Fr. Manoel” ou “esteve comigo muito tempo”), escreveu o bispo: “Mandei chamar o Thesoureiro da Irmandade do Rozario para apresentar-me mais tres livros da dita Irmandade. São todos um acervo de irregularidades”. Estaria já decidido o bispo sobre a decisão que tomaria? No dia 17 de outubro de 1891, escreveu

Passei boa parte da manhã estudando o modo de acabar com a tal Irmandade do Rozario d’esta Capital e achando-lhe nos livros mil irregularidades e sobretudo verificando que não tem Compromisso aprovado pela auctoridade eclesiástica extendi já a portaria declarando-a não existente (SILVA, 1891-1892, fl. 104).

As palavras do bispo são claras. Por decreto, enviou para fora da existência a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Extinguir a irmandade era um processo fundamental para vilipendiar seu patrimônio. Nesse mesmo dia, dom Eduardo foi acometido de “um forte desarranjo intestinal” (uma demanda leve se comparada com os sérios desdobramentos de seu ato) (SILVA, 1891-1892, fl. 108).

No mês seguinte, no dia 10 de novembro, voltou a se referir à Irmandade

[...] veio [10 de novembro] hoje o Thesoureiro da Irmandade do Rozario q. declarei não existente entregar-me diversos objetos de

prata q. pertencião á mesma, devendo fazer entrega ao Superior dos Dominicanos dos outros q. estão na Igreja. Nada mais ouve de importante” [neste dia] (SILVA, 1891-1892, fl. 112).

Foi essa, contudo, a última referência à Irmandade do Rosário feita pelo bispo em seu diário. De certa forma, as palavras de dom Eduardo foram o testamento histórico (institucional e oficial) a nos informar sobre o processo de transmissão dos “direitos” materiais e imateriais dos irmãos Pretos para os frades dominicanos.

### **CONTA DE LÁGRIMAS: TESTAMENTO ICONOGRÁFICO DE UM VILIPÊNDIO**

Podemos perceber os ecos do vilipêndio no processo nos indícios imagéticos do período. Mas, antes, não só como artifício retórico, mostramos (ilustração 8) toda a poderosa existência da igreja dos Pretos, provavelmente, num dia de festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário.



Ilustração 8: [Festa do Rosário], s/d<sup>1</sup>

Na imagem, percebemos melhor as dimensões do largo do Rosário, propício às grandes aglomerações festivas. No centro da fotografia, formando um corredor, há duas filas de moças, ao estilo das procissões do século XIX. Na porta da igreja, encontra-se enfeitado o altar. À esquerda dele, possivelmente, os dominicanos franceses. Há uma grande quantidade de porta-bandeiras, nos dois lados da porta principal. Em uma das extremidades, vemos um clérigo vestido de branco (destaque para suas luvas), segurando um sóbrio guarda-chuva (seria dom Eduardo?). Destaca-se também o grande número de pessoas negras na festividade.

Outro registro fotográfico semelhante a este, possivelmente, produzido na passagem do século XIX para o XX, foi publicado no álbum *Memórias fotográficas de Goiás*, que reuniu fotografias de Alencastro Veiga entre outros acervos fotográficos vilaboenses (ilustração 9). Referimo-nos à imagem n. 17, intitulada *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos – 1734*.<sup>44</sup>



Ilustração 9: N.17: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos – 1734*, [ant.] 1930 <sup>45</sup>

<sup>44</sup> [GOIÁS. Secretaria da Cultura e Desporto do Estado de Goiás. *Memórias fotográficas de Goiás*, S/local: sem indicação de impressão, post. 1987]. Essa edição apresenta o mesmo formato e praticamente o mesmo projeto gráfico da reedição do álbum de Alencastro.

<sup>45</sup> Autoria não identificada. Número 17. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos – 1734*, sem data. GOIÁS. Secretaria da Cultura e Desporto. *Memórias fotográficas de Goiás*, [S.l.: s.n., post. 1987].

Notem que em todo o título a partícula “dos pretos” não recebeu a importância da palavra maiúscula. Apesar da baixa qualidade da imagem e comprometida possibilidade de visualização, vemos também a comunidade reunida em um dia de festa. A movimentação popular foi literalmente impressa na fotografia como nos revelam os seus “fantasmas”, ou seja, as pessoas que não ficaram “paradas” o tempo suficiente para a fixação de sua imagem no negativo fotográfico. À época, a técnica fotográfica necessitava de um tempo mínimo de exposição para o correto registro do objeto fotografado (que não era tão pequeno). A mesma publicação trouxe também um conjunto formado por três fotografias que, apesar do alto valor documental, ofereceu-nos pouquíssima definição e nitidez. Antes de passarmos a elas, importa dizer que, ao longo da década de 1930, os dominicanos demoliram o templo colonial construído pelos irmãos negros e erigiram em seu lugar um novo prédio em estilo neogótico. Entre as principais construções arquitetônicas da Cidade de Goiás, como demonstrado até aqui, permitiu-se que o prédio do Rosário fosse um dos poucos (senão o único) edifício a ser demolido na cidade de Goiás e substituído por outro em novo e destoante estilo arquitetônico (neogótico). Esse projeto de silenciamento, visto em perspectiva histórica, coloca num mesmo fluxo racista a chegada dos dominicanos, a sua instalação na igreja dos Pretos, o racismo patrimonial provocado pela espoliação de seu patrimônio (de bens móveis ao próprio terreno e edifício da igreja), mas não para por aí: o golpe mais cruel viria da demolição do antigo e faustoso prédio da igreja. Visto em perspectiva histórica, esse processo se torna ainda mais racista. Um evidente processo de branqueamento do passado, perpetrado pelas instituições, as vistas de todos, na luz do dia: o projeto de branqueamento se completa pela destruição do passado negro, da ancestralidade africana. Para nos tornar brancos, era preciso matar nosso passado negro.

Dessa forma, no interior do espaço público vilaboense, a construção do novo templo não deixou de funcionar, estrito senso, como uma pá de cal simbólica sobre a atuação, existência, memória e história da irmandade dos Pretos. Por extensão, o processo histórico que culminou na construção do novo prédio, provocaria desastrosos desdobramentos para a presença política da população negra na sociedade vilaboense. Destituída de seu principal patrimônio arquitetônico, perdiam também sua visibilidade

pública e toda a articulação possível daí resultante. Moralmente afetada e, efetivamente, abalada em seu poder, ao perder a administração religiosa do templo para os frades dominicanos, a irmandade do Rosário entraria num silencioso processo de desarticulação de seus membros resultando na sua completa extinção e silenciamento de sua história.

Não podemos esquecer que as antigas práticas culturais e religiosas escravas tinham por ápice a realização da faustosa festa do Rosário, que foi celebrada diversas vezes pela literatura local. Sob a administração dos dominicanos, a festa foi aos poucos embranquecida e romanizada. De atores protagonistas, os negros passam a figurantes expectadores (como visto nas imagens anteriores), cada vez mais distantes, geográfica e historicamente da igreja do Rosário.<sup>46</sup> Voltemos aos indícios imagéticos desse processo.

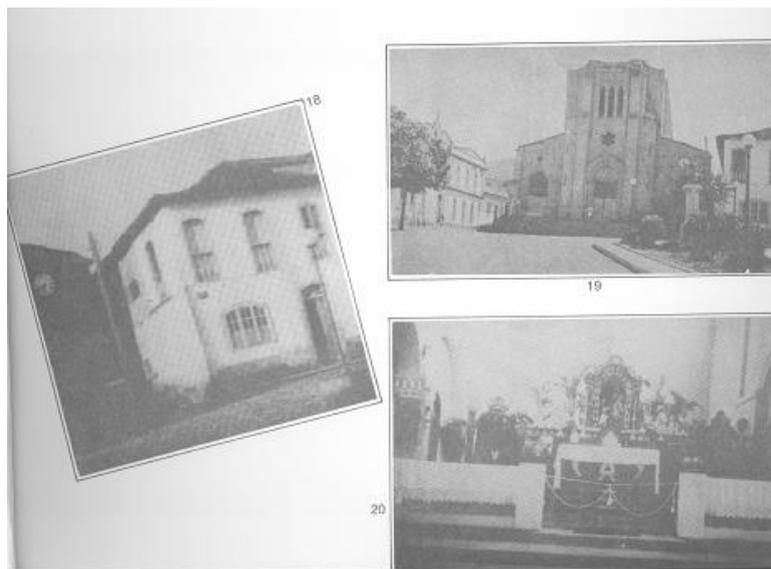


Ilustração 10: Conjunto de três imagens: “N.18 (Convento dos Frades Dominicanos)”; “N. 19 (Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1934)” e “N.20 (Igreja do Rosário – interior)”, [ant.] 1930<sup>47</sup>

<sup>46</sup> Com o passar dos anos, a população negra que habitava a freguesia do Rosário se desloca para regiões mais afastadas, como a região da rua do Capim e, em tempo mais recente, rumo ao morro das Lages, local em que atualmente foi reconhecida a comunidade quilombola autointitulada Alto Santana, mas que ainda é referida como “chupa osso” a alcunha racista usada no passado. Em tempo mais recente ainda, a população negra se afastaria para outros bairros da cidade ainda mais à margem do centro: João Francisco, Goiás 2, Tempo Novo...

<sup>47</sup> Não identificado. [Conjunto] Número 18 (Convento dos padres dominicanos), número 19 (Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1934), número 20 (Igreja do Rosário – interior), sem data. GOIÁS, op. cit., s/p.

Do conjunto dessas três fotografias (ilustração 10), chamamos a atenção do leitor para a *n.19*, intitulada *Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1934*.<sup>48</sup> Notem que, em relação à fotografia anterior, o qualificativo “dos pretos” não mais aparece. Isso evidencia que o templo não era mais reconhecido socialmente como sendo dos irmãos Pretos. Dos Pretos aos brancos, o artifício da nomenclatura trazia um processo lento, gradual e racista de entendimento de si, enquanto sociedade.

A imagem *N.19* (ilustração 10) nos mostra que o novo prédio ainda não havia sido concluído (lhe faltava a torre central). A construção do novo prédio solidifica o corte simbólico com o passado e com a religiosidade dos negros, cuja devoção, trabalho e recursos, como vimos, foram responsáveis pela ereção da igreja, em 1734, e por sua manutenção incontestemente até o fim do século XIX.

A data “1934” substituiu assim a de “1734” e, conseqüentemente, encobriu de silêncio toda a denotação semântica, memorial e histórica construída ao longo de duzentos anos de história dos negros na cidade de Goiás. Não é qualquer data. É uma data a indicar simbolicamente o nascimento de uma nova fase: agora, totalmente branca, depois de dois séculos negros. A construção da igreja passou “em branco” o passado preto: “limpou” (como diz a expressão) a antiga e negra história não só do prédio da igreja, mas da comunidade negra que lhe sustentava e da irmandade que a possuía. Está nascida, pois, a cisão entre a igreja “nova” e branca e a “velha” e preta. A primeira, a nova, igreja dos Dominicanos. A segunda, a velha, igreja dos Pretos.<sup>49</sup> Essa fotografia *N. 19* (ilustração 10) documenta, portanto, de forma sutil, o processo de silenciamento que o presente texto combate, trazendo-o aos seus olhos e consciência.

---

<sup>48</sup> Podemos perceber que a terceira imagem do conjunto, a fotografia *n.20*, intitulada *Igreja do Rosário – interior*, apresenta o altar principal da igreja nova (como podemos inferir pelos arcos presentes nas laterais da fotografia). Ela é, possivelmente, um dos mais antigos registros do novo altar. Em 1910, o *Anuario...* nos informa que a “antiga” igreja do Rosário dos Pretos possuía 3 altares (AZEVEDO, 1987, p. 117). O principal foi erigido em honra a Nossa Senhora do Rosário e um dos laterais, de São Benedito. O terceiro altar não foi identificado.

<sup>49</sup> Há que se explorar nesse processo da construção do novo templo do Rosário o contexto político maior em curso: a mudança da capital para a recém-construída Goiânia. De que forma esse processo impacta a construção da nova igreja? Haveria relação entre esses dois acontecimentos? Essas questões são válidas, mas não cabem nos limites do presente texto.

Na esteira da documentação iconográfica desse processo testemunhal, outra fotografia (ilustração 11) registrou a construção da torre central da nova igreja (ALCE, 197, p. 98).

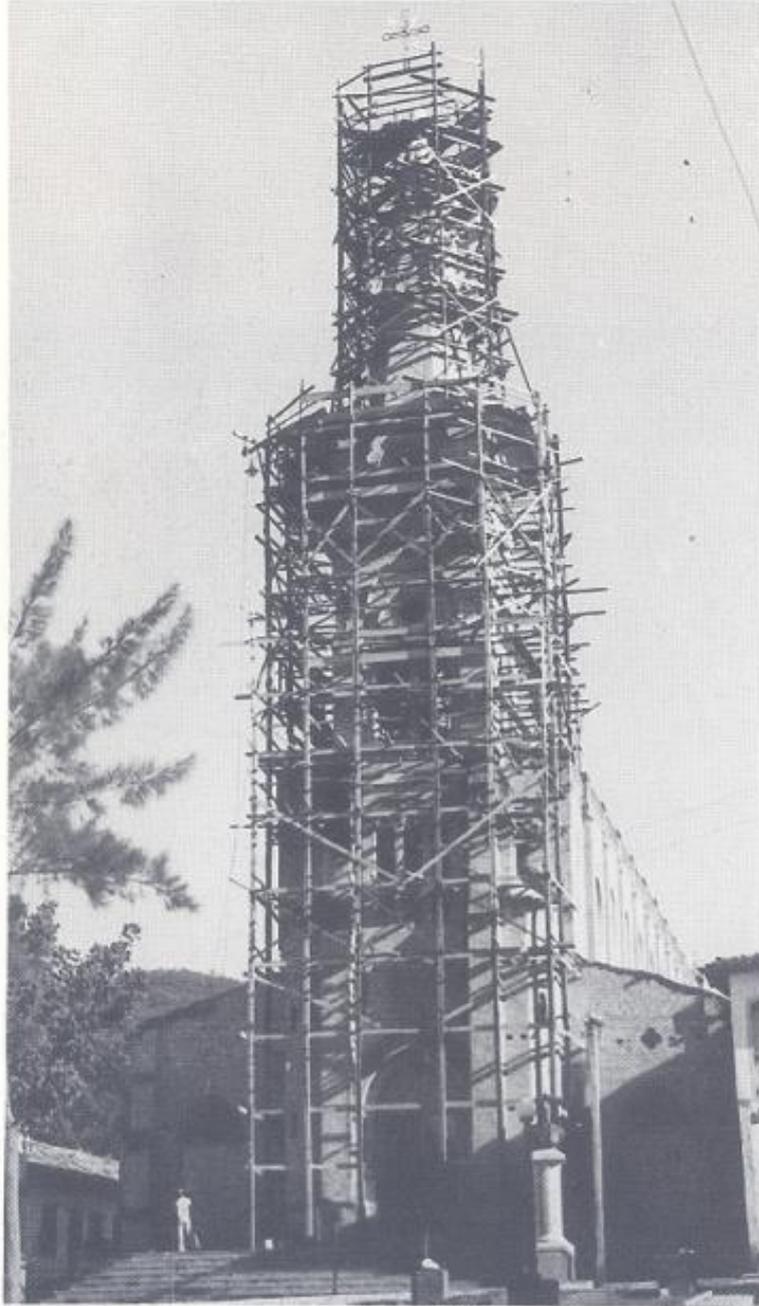


Ilustração 11: Construção da torre central. S/d <sup>50</sup>

<sup>50</sup> Autoria não identificada. [Construção da torre central], sem data. ALCE, 1987, p. 98.

Poderia ela ser apresentada como uma sequência à fotografia *n.19* (ilustração 10), citada anteriormente. No livro italiano, também encontramos publicada a imagem *n.18* (ilustração 10), mas agora, com melhor qualidade. Trata-se de uma fotografia (ilustração 12) do antigo prédio que serviu de convento aos dominicanos<sup>51</sup>.

Temporalidades negras...

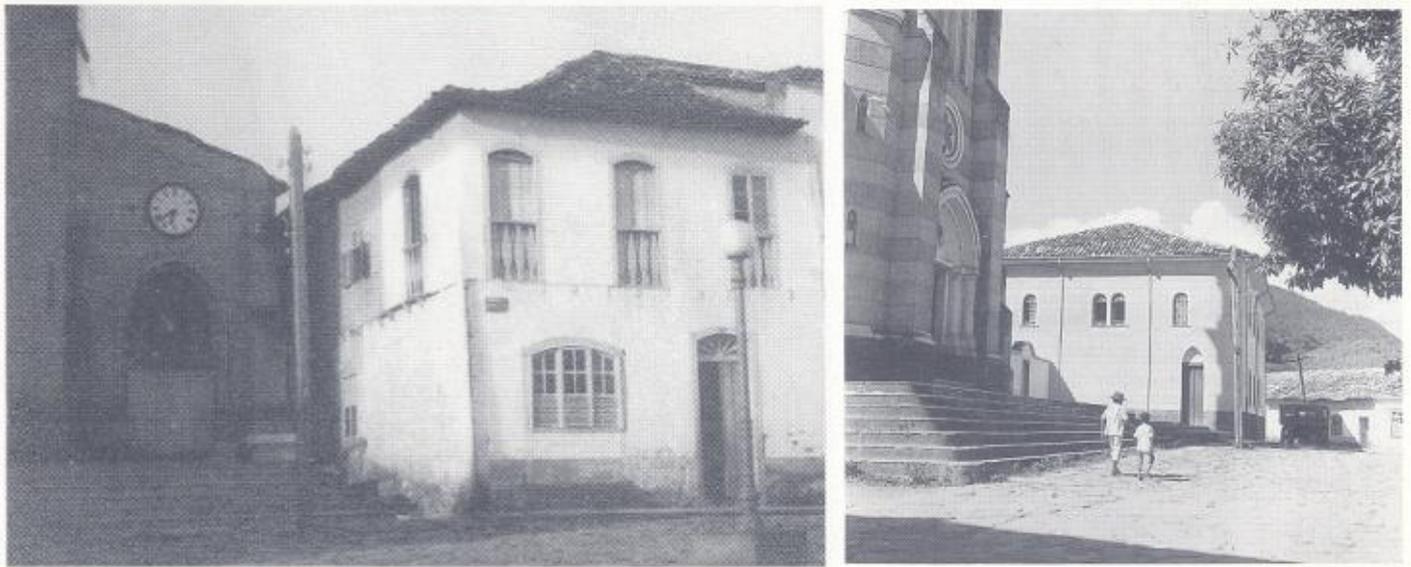


Ilustração 12: Convento antigo (à esquerda) e novo (à direita) dos Dominicanos. S/d <sup>52</sup>

Na reconstrução do convento, preservaram a antiga identidade arquitetônica, oriunda dos tempos coloniais, diferente do que aconteceu com a igreja dos Pretos. Nenhum traço da arquitetura vernacular fora preservado<sup>53</sup>. Fez-se tábula rasa daquele passado.

Apresentamos (ilustração 13) a nova igreja do Rosário como é atualmente encontrada na Cidade de Goiás<sup>54</sup>, com a imponência triste que esse texto não deixa de lhe agregar.

<sup>51</sup> Em 2008, esse convento passa por obras de “recuperação e restauro”, sob responsabilidade do IPHAN, em sua Superintendência Regional GO/TO/MT.

<sup>52</sup> Autoria não identificada. [Convento antigo], sem data. ALCE, 1987, p. 161.

<sup>53</sup> Justamente a arquitetura vernacular que foi tão celebrada e fundamental para a cidade conquistar em 2001, o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

<sup>54</sup> Restaurada em 2004 pela Superintendência Regional GO/TO/MT do IPHAN.



Ilustração 13: Nova Igreja do Rosário. S/d <sup>55</sup>

<sup>55</sup> Autoria não identificada. [Nova Igreja do Rosário], sem data. ALCE, 1987, p.58.

Construída em estilo neogótico, a nova igreja representou não somente uma nova camada semântica (branca e reformada) para a devoção vilaboense do Rosário como também a chegada do “novo” e do “moderno” em meio ao secular conjunto arquitetônico da cidade colonial.<sup>56</sup> Como pode perceber o leitor, a partir da iconografia analisada e trazida anteriormente, o estilo neogótico destoa, totalmente, do peculiar conjunto urbanístico, de arquitetura vernacular da Cidade de Goiás. Talvez a única substituição radical de um grande prédio público da cidade deu-se, justamente, com o templo dos irmãos Pretos. Quais motivos teriam permitido tal processo? Sabemos que não foi a possível (in)segurança que o prédio causava a seus usuários (recorrente no caso da igreja de Sant’Anna e de outras igrejas). Nem tampouco foi a necessidade de aumentar seu tamanho, adequar suas funções ou outro argumento conveniente a calhar. Como evidenciam as informações históricas, e os registros iconográficos mostraram, as características do prédio antigo eram, justamente, contrárias: a segurança, a estabilidade e a adaptação do prédio à população atendida foram qualidades verificáveis ao longo dos anos. Por que então destruíram o antigo templo dos irmãos Pretos do Rosário?

### **PARA FAZER MEMÓRIA (E ROMPER O SILÊNCIO)**

A solidez de concreto do novo prédio, em 1934, não enterrou, de todo, a memória da antiga igreja do Rosário dos Pretos. Resistências e marcas suas podem ser identificadas, por exemplo, na produção artística de Octo Marques (1915-1988). No bico-de-pena *Igreja do Rosário nos anos 30* (1983) (ilustração 14), ele representou a antiga igreja com as volumosas torres laterais. Insidiosa e provocadora, a porta do templo está entreaberta. Você quer entrar? Quer conhecer a partir de dentro?

---

<sup>56</sup> Possivelmente, o novo prédio foi um alento para o ethos branco da cidade golpeado drasticamente pela mudança da capital. Nesse contexto de “nova” capital, o “antigo”, o “velho” pela primeira vez torna-se um problema para a cidade de Goiás. O prédio novo da igreja do Rosário insere-se, portanto, nesse contexto.

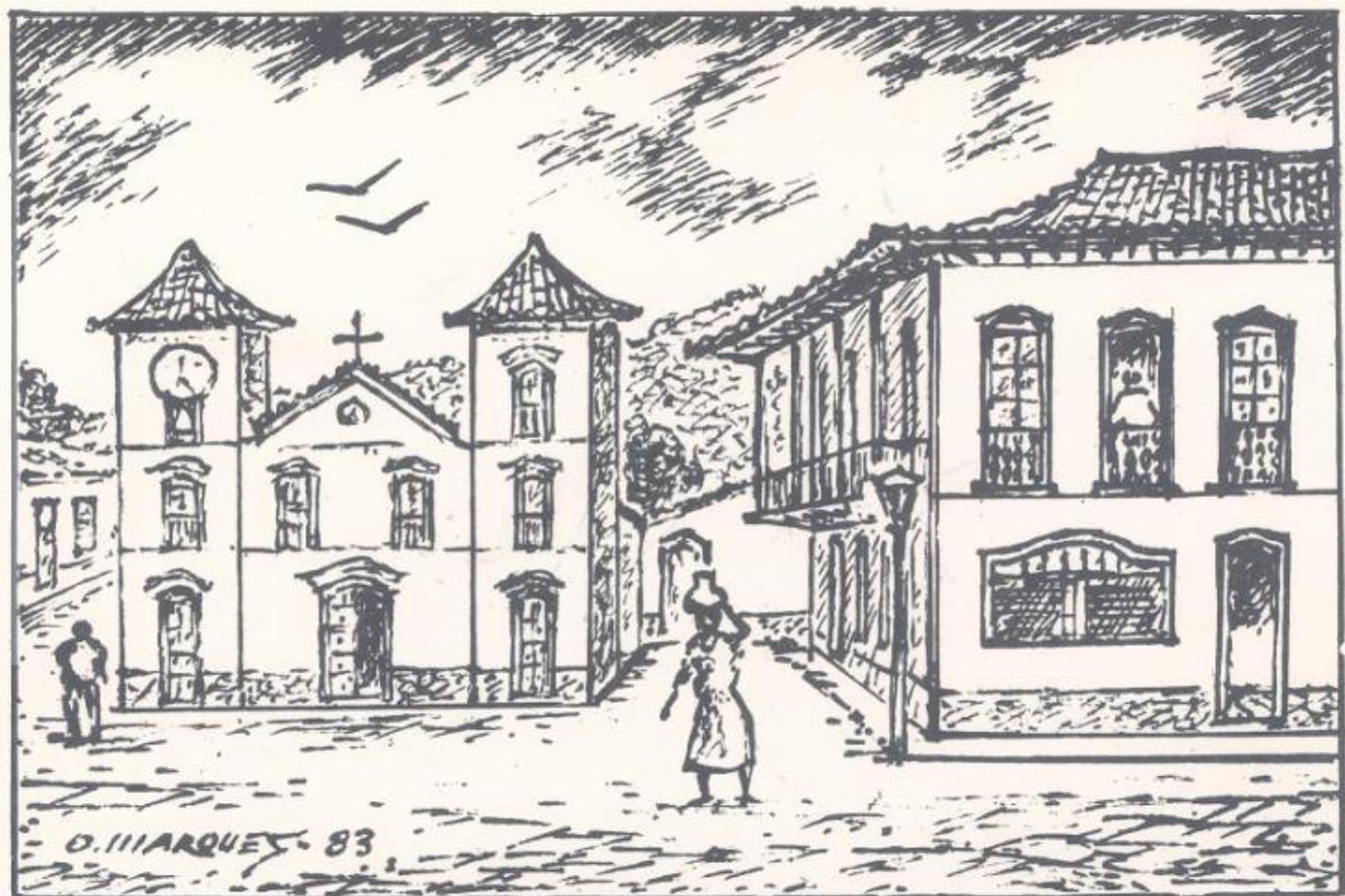


Ilustração 14: Octo Marques. *Igreja do Rosário nos anos 30*. 1983<sup>57</sup>

Em seu largo frontispício, o artista figurou a presença de duas pessoas, possivelmente, signos a nos reportar aos antigos frequentadores do Rosário. A principal, e em destaque, é uma mulher negra, exercendo uma atividade típica do local: o transporte de água potável das fontes da Cidade à casa dos particulares.

Em outro desenho, intitulado *Cidade de Goiás em 1915* (ilustração 15), o artista desenhou, possivelmente, influenciado pela fotografia de J. Craveiro (ilustração 7).

<sup>57</sup> Octo Marques. *Igreja do Rosário nos anos 30*, 1983. OCTO MARQUES. *Desenhos de Octo Marques: bicos-de-pena*. Goiânia: Ed. da UCG, 1985.

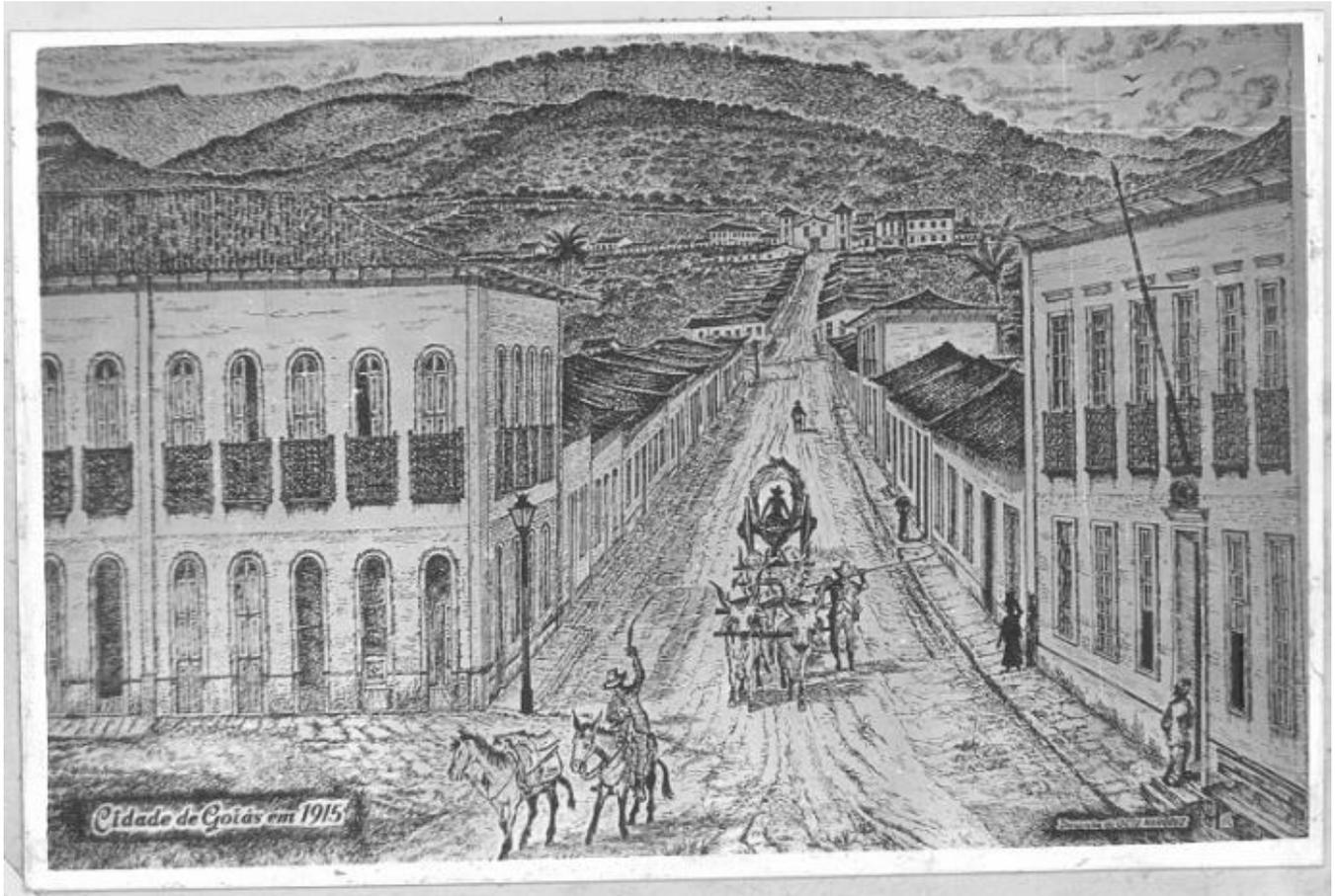


Ilustração 15: Octo Marques. *Cidade de Goiás em 1915*. S./d <sup>58</sup>

Octo Marques apresentou a Cidade de Goiás com uma malha urbana de traçado retilíneo, muito mais regular do que de fato são. A simetria das ruas e casas, contraditoriamente, forçam seu desenho para fora de qualquer realismo. Na parte superior, vemos a igreja do Rosário dos Pretos com o grande sobrado à sua direita. Em nossa direção, um “carro do sertão” – como se referiu Joaquim de Almeida Moraes – guiado pelo carreiro e sua comprida e sonora vara de ferrão. Pela segunda vez, Octo Marques representa os tipos populares da Capital: além do carreiro e dos raros transeuntes, outra vez está uma mulher a trabalhar. No ponto mediano da rua Moretti Foggia, anda pomposamente em direção ao Rosário, uma misteriosa figura masculina,

<sup>58</sup> Octo Marques. *Cidade de Goiás* - 1915, sem data.

de corpo volumoso e atarracado, vestido com chapéu, levando à mão um bastão, que talvez lhe servisse mais como símbolo de poder que de efetivo apoio. Em seu conjunto, esse desenho apresenta uma cidade com dimensões superior àquela que vemos na fotografia de J. Craveiro. Fantasmagoricamente, maior, como convém ao exercício imaterial da arte e da memória: a cidade gigante da memória do artista.

## TESTAMENTO ICONOGRÁFICO DO ROSÁRIO DOS PRETOS

Por meio da iconografia aqui abordada, traçamos o histórico do antigo prédio da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Construído em 1734, o prédio foi demolido para, estranhamente, dar lugar à nova arquitetura da atual Igreja do Rosário. Sob a administração dos frades dominicanos franceses (e depois italianos), a “nova” igreja do Rosário representou não somente o triunfo da reformada e ultramontana religiosidade católica sobre a religiosidade peculiar do sertão.

A *nova* igreja não era mais *dos* devotos negros de Nossa Senhora, com todas as implicações que disso decorreram. A população negra fora esbulhada de seu espaço simbólico e material (espaço que o templo assegurou às práticas religiosas e culturais negras, no transcurso dois séculos e oito gerações). Dali adiante, restaram aos negros, o distante e exótico reino semântico do “folclore”, para abarcar linguisticamente suas existências.

A diversidade majestosa das práticas culturais negras, da celebrada festa do Rosário, sua dimensão e abrangência, outrora existentes, foram economicamente unificadas em torno da dança dos Congos (que em pouco tempo também arrefeceria em silêncio histórico) (re)existindo com dignidade real aos dias atuais.

Retomar e registrar esse processo histórico (de verdadeiro vilipêndio racista do patrimônio material e imaterial das pessoas negras da Cidade de Goiás) é fundamental para entender a marginalização socioeconômica a que eles foram submetidos, ao longo da história da cidade, e que ainda hoje favorece a sua sistemática (e insistente) exclusão social.

Para a denúncia desse processo, outrora silenciado na história de Goiás, levantamos nossa voz-palavra, e apresentamos esse testamento memorial e iconográfico da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Que este rosário de contas de lágrimas do passado sejam sementes plantadas, nasçam presença e floresçam futuro para todas as pessoas vilaboenses, mas sobretudo para as pessoas negras.

## REFERÊNCIAS

- ALCE, P. Venturino. **Storia di uma missione**. Editora Imartedí, 1987.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario Histórico, Geográfico e Descritivo do Estado de Goyaz para 1910**. Brasília: Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional próMemória. 8ª Diretoria Regional, 1987. (edição fac-similar).
- BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Tomo I. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. da UFG; Brasília: Solo Editores, 1996.
- BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783. Tomo II**. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. da UFG; Brasília: Solo Editores, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005.
- BRANDÃO, A. J. Costa. **Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1978. (col. Documentos Goianos n. 1).
- CARVALHO, Euzébio Fernandes de. **O rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.
- CURADO, Luiz Augusto do Carmo. **Goyaz e Serradourada por J. Craveiro e poetas**. 1911 a 1915. Goiânia: Edição do autor, 1994.
- FAISSOL, Speridião. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. (Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação n. 9 da série A "livros").
- FERREZ, Gilberto (org.) **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell. 1825/1829**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- GOIÁS. Secretaria da Cultura e Desporto. **Memórias fotográficas de Goiás**, [S.l.: s.n., post. 1987].

MACEDO, Eliene Nunes. **Performances afro-brasileiras na cidade de Goiás**. Tese (Doutorado Performances Culturais). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2021.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite Moraes. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

OCTO MARQUES. **Desenhos de Octo Marques: bicos-de-pena**. Goiânia: Ed. da UCG, 1985.

PALACIN, Luiz. BORGES, Ana Maria. **Patrimônio Histórico de Goiás**. Goiânia: J. Câmara S/A, s/d.

PALACIN, Luiz; BORGES, Ana Maria. **Patrimônio Histórico de Goiás**. Goiânia: Gráfica O Popular, [1979?].

PASSOS, Elder Camargo. **História da fotografia e sua evolução**. In: VEIGA, José Alencastro. *Lembranças de Goyaz*. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

SANCHIS, Pierre. Prefácio. In BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005.

SILVA E SOUZA. **Memória sobre o Descobrimento, Governo, População, e Couzas mais Notáveis da Capitania de Goyaz**. In: TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

SILVA, Eduardo Duarte. **Meu episcopado [Diário íntimo]**. Cidade de Goiás, 1891-1892. Transcrição paleográfica de Josmar Divino Ferreira. [Manuscrito. Acervo particular da família Rossi, Piracanjuba, GO].

VEIGA, José Alencastro. **Lembranças de Goyaz**. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985. 2ª edição.



Chica da Silva | Óleo e folha de ouro sobre tela | 61 x 45 cm | 2020 | Foto: Joerg Lohse

Artista: Dalton Paula